

---

## Editorial nº 8

José Mattoso

---

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/464>

DOI: 10.4000/medievalista.464

ISSN: 1646-740X

**Editora**

Instituto de Estudos Medievais - FCSH-UNL

**Referência eletrónica**

José Mattoso, « Editorial nº 8 », *Medievalista* [Online], 8 | 2010, posto online no dia 01 dezembro 2010, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/medievalista/464> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/medievalista.464>

---



*Medievalista* está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Título: **Editorial número 8**

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**

Contacto: **jjmtts@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº8, (Julho 2010). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X



## Editorial nº 8

Os artigos deste número da *Medievalista* representam formas bastante variadas de abordagem das fontes históricas. Nos de Irene Nunes e de Cristina Alvares usam-se fontes literárias: no primeiro caso para, no seu cruzamento com a literatura genealógica, se esclarecer o enquadramento dos mitos criados em torno da figura de uma mulher de origem sobrenatural que, casando com um nobre dá origem a determinadas famílias que assim se distinguem do comum: a «Dama do Pé de Cabra», donde descendem os Haros, e «Dona Marinha», donde descendem os Marinhos. No segundo caso, para explorar a poesia cortês do século XII como expressão do desejo e do amor. O artigo de Irene

Nunes mostra a difusão de um mito corrente em todo o sul europeu; o de Cristina Alvares contesta a conhecida teoria de Denis de Rougemont acerca da exacerbação do desejo como infracção de um interdito.

As fontes das artes visuais da época românica – pintura e escultura – são exploradas por Alicia Miguélez Caveró para estudar a iconografia do gesto, quer do gesto ritual, quer do gesto como expressão complementar da fala ou como expressão dos sentimentos, em particular dos sentimentos de dor por ocasião do pranto dos defuntos.

As fontes musicais não se podem explorar directamente devido à ausência de registos sonoros; mas podem-se analisar ou descrever por intermédio das referências escritas em fontes litúrgicas, documentais e literárias, e mesmo por meio das notações musicais. Este capítulo tão pouco frequentado da investigação medieval tem sido persistentemente explorado por Manuel Pedro Ferreira que agora nos apresenta uma síntese acerca da vivência coral e da criatividade musical na época pós-carolíngia.

Mais habitualmente estudadas pelos medievalistas são os documentos genealógicos, que oferecem sempre informações de grande interesse acerca da vida social da classe dominante. O jovem investigador Arsenio Dacosta dedicou-se a estudar um conjunto de textos deste género referentes a linhagens bascas, uns bem conhecidos, como a genealogia dos Haros, outros inéditos, como as genealogias dos senhores da Ayala e da família de Salazar. Estas têm a particularidade de esclarecer a composição da família de dois nobres bem conhecidos, o chanceler Pero Lopez de Ayala e Lope Garcia de Salazar. Não é isto, porém, o que interessa o Autor, mas antes identificar e comentar as estratégias de afirmação e reprodução de famílias de várias categorias da nobreza para melhor se posicionarem na sua escala hierárquica.

Neste número da nossa revista apresentamos, finalmente, um artigo que se pode considerar um exemplo de tipo clássico de crítica de autenticidade de um facto contraditoriamente registado em fontes credíveis. Este último artigo merece um comentário um pouco mais longo, apesar de o seu interesse se situar mais no plano metodológico e formal do que no plano do conteúdo., pois é preciso explicar alguma coisa acerca das circunstâncias que o rodeiam. O seu Autor não é um profissional. Não tem uma formação académica em História. É o que se costumava chamar um «amador». Basta, porém, uma leitura superficial do seu texto para perceber o que esta qualificação tem de positivo. O gosto pela História e pelos caminhos que a ela conduzem, aliado a

uma invulgar honestidade crítica, levaram-no a tentar averiguar o que havia de sério nas discussões que encheram as páginas de alguns jornais nos anos de 2008 e 2009. Em vez, porém, de se armar com a invocação de nomes sonantes para o público, ou de recorrer a argumentos de «autoridade», voltou às fontes, analisou-as com rigor, pesou o seu valor testemunhal, verificou onde estavam as efectivas contradições, procurou encontrar uma explicação para as anomalias verificadas, e, enfim, propôs uma hipótese interpretativa verosímil e tão sólida quanto possível.

Procedeu, assim, a um trabalho de higiene crítica capaz de envergonhar alguns historiadores profissionais que atribuíram foros de verdade dogmática a uma determinada solução, que anunciaram como devendo ser objecto de uma declaração oficial da Academia Portuguesa da História, e que propuseram fosse definida como facto comprovado nos compêndios do ensino primário e secundário. Antes disso, com a mesma ligeireza, tinham persuadido as edilidades dos dois municípios de Viseu e de Guimarães a organizarem eventos baseados nas soluções que defendiam, sem terem o cuidado de sublinhar que a data (e conseqüentemente o lugar) onde teria nascido o nosso primeiro rei permanecia como facto histórico controverso. A disputa, que envolveu jornalistas de Guimarães e de Viseu, desceu, então, ao nível do insulto e da calúnia. No calor da polémica, a opinião que foi atribuída ao autor desta nota foi invocada como argumento definitivo na demonstração da tese viseense, sem haver o elementar cuidado de sublinhar que o seu autor se limitara a aceitar aquela que antes fora defendida por outro investigador, por sinal alguém que obcecadamente o havia contestado a propósito de muitas outras opiniões históricas.

Obcecados, também, pelo problema do local do acontecimento, os contendores esqueceram que o referido investigador também só se preocupara com o problema do local onde teria nascido o nosso primeiro rei, sem cuidar devidamente da data. Ora, como o lugar onde D. Teresa se encontrava depende do dia em que deu à luz, e não contrário, teria primeiro de se fixar a data, para depois procurar saber onde a Rainha se encontrava por essa altura. Não me dei a esse cuidado, primeiro, porque a tese não era minha, mas do meu adversário; segundo, porque o facto não tem relevância histórica nenhuma. A data e lugar do nascimento de Afonso Henriques não têm qualquer consequência sobre a interpretação possível da sua personalidade e do papel histórico que desempenhou. Foi, decerto, por essa razão que o problema, conhecido e discutido

por todos os historiadores desde o século XVII até hoje, nunca mereceu a atenção suficiente de nenhum deles para o discutirem a fundo e encontrarem uma solução consensual. Alguns limitaram-se a apresentar as alternativas; outros mostraram preferência por uma ou outra solução, sem se comprometerem demasiado; todos reconheceram a dificuldade de chegar a uma conclusão definitiva.

A publicação deste artigo na *Medievalista* não tem, porém nenhuma intenção polémica. O seu propósito é meramente pedagógico. Em primeiro lugar é um exercício de crítica textual de fontes contraditórias: definem-se claramente os elementos controversos, o alcance dos seus testemunhos, as possíveis razões das anomalias e as hipóteses de solução. Em segundo lugar, estabelece-se o princípio de que, em História, não há soluções baseadas no argumento da «autoridade». Em terceiro lugar, mostra-se que a crítica incide sobre as fontes e não sobre testemunhos tardios nem sobre tradições, mesmo seculares.

Resta-me acrescentar que as comemorações históricas não precisam de excluir celebrações ou deixar de promover eventos culturais quando a realidade histórica dos factos em causa ou a sua relação com as entidades que as promovem não estão suficientemente demonstradas. Com efeito, o que neste caso é censurável, não são as celebrações comemorativas do centenário de Afonso Henriques por Viseu ou por Guimarães, mas a reivindicação do direito exclusivo a fazê-las. No caso vertente, a relação de Afonso Henriques com qualquer lugar do país é razão suficiente para não serem precisas mais justificações. O que aqui se condena, não é isso, mas a ignorância do que é a «verdade histórica». O que aqui se pretende, é mostrar o que é necessário para poder usá-la como conceito cultural.

***José Mattoso***

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

### Referência electrónica:

MATTOSO, José - «Editorial». *Medievalista* [Em linha]. Nº8, (Julho de 2010).

[Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\editorial8001.html>.

ISSN 1646-740X.

